A HISTÓRIA COMO TESTEMUNHO

Nelson Saldanha
Fac. Direito — UFPE

Resumo: A História como testemunho. A realidade humana se torna inteligível na medida em que os fatos que a integram são vistos e registrados. Deste modo o conhecimento histórico se desenvolve como uma espécie de visão daquela realidade, uma visão em que se conjugam a constatação e a interpretação. A historicidade das coisas humanas corresponde aos testemunhos que permanecem como algo disponível e que possibilitam a compreensão dos fatos, inclusive através da configuração do "passado". Esta configuração entretanto é sempre precária e fragmentária, dada a descontinuidade dos testemunhos, que são, por outro lado, passíveis de sucessivas reinterpretações.

Summary: History as testimony. Human reality becomes intelligible in the measure that its component facts are object of some objective vision. Historical knowledge grows, in this manner, as a kind of vision, which, referring to that reality, includes description and interpretation. Historicity of human things is related to testimonies that remain as something disposable; through that testimonies is possible the comprehension of the facts and the configuration of the "past". Such a configuration, however, is precarious and fragmentary, as a consequence of the discontinuity of testimonies, which, after all, can be object of successive reinterpretations.

"Não que eu queira rejeitar as representações que nos oferecem o mármore e o bronze, mas os traços do homem são frágeis e perecíveis, e como eles os simulacros que os representam. Somente a figura da alma é eterna, e nenhuma arte pode desenhá-la; cabe ao próprio homem retomá-la em suas ações".

TÁCITO, Vida de Agrícola, in fine.

Poderia ser um ponto de partida a afirmação de que o humano é sempre algo que depende de algum testemunho. O humano é algo que “se desenrola”, ou que se *situa* e se *caracteriza* em função de um testemunho: deste testemunho provém o registro do que ocorreu ou do que se situou, e de sua caracterização. Foi necessário o surgimento da consciência para que, atuando como duplicação, ela situasse e operasse uma espécie de autotestemunho. Valores, símbolos, formas, tudo isto se insere em uma configuração inteligível a contar de um testemunho, de alguém que viu, que presenciou e vai registrar de algum modo as coisas. O sujeito absolutamente só é precária e quase vãmente agente, e os *atos* o são por causa de uma constatação que os configura. Nem os sofrimentos nem as alegrias dispensam, para ter sentido pleno, a contribuição do “outro”. O sofrimento solitário parece por isso um tanto estranho, e a alegria solitária chega a parecer derrisória e perversa. Daí talvez o surgimento das artes e da literatura: modos de registrar, como se fosse por parte de um *outro*, alegrias e sofrimentos, atos e situações. Isto vale tanto para as épocas em que a arte se põe a serviço do poder e da visão pública, como para as épocas em que exprime vivências individuais e dimensões privadas. Daí, ao que parece, o coro na tragédia grega, forma de testemunho apto a ampliar e plenificar o sentido das situações e das falas eventualmente monologais: o coro representava a comunidade, e ao mesmo tempo um juízo crítico circunstante.

Daí também, na retórica dos historiadores, a tendência a tratar como se fossem peças teatrais os episódios narrados, chamando os locais onde eles ocorrem de “palco” ou de “cena” e “cenário”. Palco e cenário como delimitação do visível, do ofertado ao *olhar*, do que adquire sentido na medida em que é contemplado por um espectador: *teatron*.

E com isto, de novo aludindo à literatura, poderíamos citar a referência ao sol como testemunha, em Baudelaire, ampliando e enriquecendo as proporções das coisas, de certo modo humanizando-as, como no poema “Le Soleil” (número XC de *Spleen et Idéal*):

*Quand le soleil cruel frappe à traits redoublés
sur la ville et les champs, sur les toits et les blés.*

Poderíamos citar também, entre tantos outros exemplos, as menções à janela, como símbolo do ver, deste aberto e ingênuo *voyeurismo* provinciano, tanto Flaubert, quando escreve sobre a janela na província (capítulo VII da segunda parte de *Madame Bovary*), que “substitui os teatros e os passeios”, quanto em *Lam-*

pedusa, que em certo trecho do *Gattopardo* se refere às janelas da praça em *Donnafugata*.

Pessoalmente me recordo de uma pequena árvore que cresceu sobre o muro de um prédio em ruínas, no centro de Recife, fazendo um estranho e sutil efeito estético que provavelmente ninguém documentou. Do mesmo modo fatos e mais fatos deixam de ser registrados, e de entrar para o acervo de informações e imagens que constitui a memória histórica: o ver, o mero ver, com toda a intensidade que possa ter, deixa de produzir a perpetuação a que possivelmente pretende, se não ocorre o registro adequado.

* * *

A correlação entre situações e expressões, ou por outra a permanência histórica dos processos de divulgação e difusão de informações, nos revela quão antiga, obviamente antiga, é a experiência da *comunicação*, e quão ingênuo é fazer coro com certas "teorias" que afirmam enfaticamente estarmos *hoje* na era das comunicações. Todas as eras foram, e o esforço de divulgar e difundir (sem embargo de que controlando e selecionando) sempre ocupou os governantes em todas as épocas: divulgar notícias de vitórias militares, através de inscrições e de arcos-de-triunfo; difundir advertências sobre perigos, medidas administrativas, tributos a cobrar. Todo o império romano conheceu posturas administrativas, e muito antes o império persa havia utilizado espias, correios e estradas para viabilizar controles e contactos. Harold Innis (que influenciou sobre Mac Luhan) escreveu sobre isto em um livro chamado *Empire and Communication*.

Seria fácil dizer que a história vem sendo entre outras coisas a evolução dos modos de fixar testemunhos e difundir notícias: do relato oral, conservado nas comunidades arcaicas como função específica, às inscrições, aos anais, à historiografia erudita moderna. Um toque sagrado existiu nas tradições orais, de âmbito tribal, e persistiu nas inscrições, que no mundo antigo consagravam a pedra e o metal (inclusive o bronze, sempre mencionado); a secularização da cultura veio trazer um sentido mais "funcional" ou então apenas comercial ao político para os processos de informação. Até que chegamos a ter, com os espantosos e alvoroçantes progressos técnicos do século, o registro *imediat* dos fatos. O espectador se torna testemunha do acontecimento poucos minutos após ocorrido, senão mesmo no seu momento de ocorrer.

Só que o *testemunho*, em um sentido maior e mais fundo é mais que o registro e que a visão em senso meramente ótico: ele corresponde a inserir a informação em um sistema de significados, corresponde a uma potencial hermenêutica do acontecer.

* * *

Mais talvez do que em qualquer outra das ciências sociais, ocorre com a ciência histórica que ela constitui uma *visão*. Ela representa e configura fatos (ocorrências ou “quadros”), representando-os conforme um ângulo ou um propósito interpretativo. Um “ver sem ser visto”, conforme escrevemos uma vez. A visão de que depende o relato, se acha evidentemente condicionada por uma perspectiva, no sentido orteguiano. E com isso se tem que é impossível, é ilusório e até contraproducente pretender que o conhecimento histórico “venha a tornar-se” tão rigoroso ou tão objetivo quanto o que ocorre nas ciências chamadas naturais: naquele conhecimento (como de resto no plano das ciências sociais em geral) não se pode eliminar por completo o componente doutrinário, senão mesmo talvez o ideológico. O saber social é constitutivamente interpretativo, e nisto estão certos os seguidores do movimento da “filosofia hermenêutica”, que a partir de Gadamer vêm admitindo que as variáveis interpretativas são parte integrante do processo de construção do conhecimento em ciência social. Isto aliás o havia entrevisto Vico, ao teorizar sobre o *factum* histórico como verdadeiro objeto do conhecimento humano.

O interpretar, no caso, se entende como específica recuperação do acontecido. O conhecimento da história é tanto mais pleno quanto mais se identifica com o fato conhecido em termos de inteligibilidade e compreensão. E com isto nos recordamos de Benedetto Croce e sua teoria de que toda história é “contemporânea”, na medida em que o historiador, ao reconstruir o passado, o coloca em um plano gnosiológico que é o mesmo de seu espírito. Deste modo se têm como contemporâneos todos os passados, e todo o presente. Esta idéia corresponde a entender-se o papel do historiador como o de um concreto e criativo vetor cognoscitivo, capaz de religar tempos diversos através de categorias interpretativas.

O conceito de *tempo*, no caso, adquire sentido obviamente distinto do que tem nos problemas físicos. Trata-se agora de algo que molda e que se amolda, algo que se configura e que se introduz na imagem das coisas. Fernand Braudel aludiu ao tempo “matemático e demiúrgico” que é o do historiador¹. Mas o tempo

1. BRAUDEL, F., *Escritos sobre a história*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978, p. 72.

não é apenas a dimensão do mutável e da mutação, sim também a *ocasião* e o plano das imagens que se alaboram e se retêm: imagens tornadas "exemplares" pela permanência e pela atuação: tema sobre o qual nos detivemos em outro momento². O tempo, que na frase famosa de Raul Pompéia seria não somente "a ocasião passageira dos fatos", mas também "o funeral para sempre das horas", está ele mesmo *dentro* dos fatos e é ele mesmo a sucessão das horas. Desta fatal passagem, a visão documentadora tenta retirar certas imagens, retirando na verdade uma representação delas, para que testemu-nhem os fatos em si mesmo inapreensíveis.

Testemunhar: como se sabe, o termo "mártir" corresponde ao verbo grego *martyreo*, dar testemunho. O martírio cristão consistia não no morrer, propriamente, ou no submeter-se ao sacrifício, mas na confirmação da fé (ou da verdade) através de um testemunho, certamente externo. Sacrifício, isto é, a conversão do sofrimento em uma dimensão de sagração, ou seja, consagração, como em tantos ritos e tantos casos em contextos diversos. Seria o caso de pensar se o fato de "sofrer" certas situações (mais do que o simples e objetivo *ver*) não equivale a testemunhá-las em grau específico. A experiência da historicidade será então o correlato de uma série de testemunhos. Aqui não se trata, como em certos reducionismos, de uma alusão a vencidos e vencedores ou dominantes e dominados: sofrer conjunturas vai no sentido que se liga ao francês *pâtir* e sua origem em *pathos*, o sentir profundo. Vai no sentido de um *assimilar*, bastante para enriquecer o testemunho com um pronunciamento expressivo, e isto pode ocorrer com os profetas bíblicos, com os jograis medievais, com os nobres do tempo de Francisco I ou com o "intelectual" moderno. Seria este talvez um outro mártir, testemunha, mas também crítico, e especificamente testemunhador da história como drama. Portanto um personagem complexo e ambíguo.

* * *

Em uma passagem de seu belo livro *L' Ordre du Monde*, Jean-François Mattéi se refere ao esquema heideggeriano terra-céu/divinos-morais, relativo ao "habitar" próprio dos homens. Este habitar, fiel à terra, se relaciona entretanto à tentativa dos mortais de instaurar a imortalidade através do pleno institucional do viver, isto é, da sociedade e da cidade. Então aquele autor menciona a frase de um poeta:

"O mármore sobrevive à cidade",
acrescentando que, sob o prisma político, a cidade sobrevive

2. "Os clássicos e a exemplaridade histórica", inserido em *Humanismo e História*, Rio de Janeiro, Ed. Fundarpe/José Olímpio, 1983.

aos mortais. Ou seja, as instituições duram mais do que os homens em sua vida comum³.

Reexaminemos, porém. Certo que as cidades perecem, e mesmo nas cidades mortas os mármores permanecem: pedras verticais e horizontais que recordam a vida passada. É certo que a vida das cidades atravessa a dos mortais, dura mais que ela. Mas são sempre os mortais, outros (e posteriores) mortais, que de algum modo vêm reencontrar os mármores, recordadores de cidades; e vêm reencontrar-se neles. É este reencontro, e apenas ele, que permite aos mármores *testemunharem* sobre o passado das cidades, e que faz, das cidades "mortas", testemunhas do que ocorreu com mortais anteriores. Este é o significado da arqueologia.

Os mármores, ou mais genericamente as pedras, como testemunhos. Então vale anotar: talvez os deuses tenham sido inventados para isto, para que os atos humanos não ficassem sem testemunhas. Para que pudessem adquirir um sentido pleno.

* * *

Seria longo percorrer todas as sendas abertas pelas sugestões e implicações do tema, mas cabe enfocar alguns subtemas. Entre a história-fato (realidade) e a história-relato (visão, saber) acha-se o historiador. Entre o historiador e o objeto que relata se interpõe distâncias, equívocos, distorções de informação e mais os condicionamentos ligados ao seu *viés* ideológico.

Paul Valéry escreveu que a história tem por matéria "a quantidade de eventos ou de situações que no passado caíram sob o conhecimento de alguma testemunha⁴.

A testemunha, no caso, é alguém que viu, ou que de qualquer maneira "presenciou" os eventos. Relação casual, eventual, ou relação sistemática: a história consta de relatos contidos em alusões pessoais, memórias por exemplo, ou de narrativas pretensamente completas como as de Heródoto ou de Tucídides. Evidentemente esta diversidade é atravessada por uma outra, referente à diferença entre o registro oficial e o não-oficial, ambos sujeitos a lacunas ou a falseamentos (como no sempre citado caso da batalha de Kadesh, cujo resultado foi proclamado de modo oposto pelas duas partes envolvidas, o exército egípcio e o caldeu).

A mentalidade de tipo evolucionista-positivista considera a existência e um aperfeiçoamento inexorável dentro do registro historiográfico. Teríamos destarte progressos ostensivos e crescen-

3. MATTÉI, J.-F., *L'Ordre du Monde. Platon, Nietzsche, Heidegger*, Paris, PUF, 1989, p. 156.

4. *Régards sur le monde actuel et autres essais*, Paris, Gallimard, 1945. "Avant-propos", p. 14.

tes, indo desde as obras dos historiadores "antigos", passando pelos *chroniqueurs* medievais, até os cientificismos e metodologismos dos séculos XIX e XX. Entretanto a verdade é que a historiografia continua a ter um lado de arte, e a ter um sentido literário. Thomas Macaulay sabia disto, e assim escreveu, ao início de seu famoso ensaio sobre Hallam: a história é um misto de poesia e filosofia⁵.

5. "History, at least in its imaginary perfection, is a compound of poetry and philosophy. It impresses general truths on the mind by a vivid representation of particular characters and incidents". Lord Macaulay's *Essays and Lays of Ancient Rome*, Londres, Routledge, 1889, p. 55. Note-se no trecho a marca da concepção da história como ciência do eventual e do particular.

Este lado literário, ou de qualquer sorte não rigorosamente "científico" do trabalho historiográfico, se revela com bastante nitidez quando se trata de épocas recuadas, acerca das quais o conjectural e o aproximativo prelacem sobre o exato e o "objetivo". Nestes casos as fronteiras entre história e arqueologia se tornam imprecisas: nisto radica o estranho encanto dos dados arqueológicos, com sua precariedade, seu mistério e sua postura de testemunhos do passado.

Citamos acima a imagem segundo a qual as cidades, que sobrevivem aos mortais, são sucedidas depois de mortas pelas pedras que as integram. Os passados se sucedem, e os povos antigos sabiam disso quando tomavam conhecimento de impérios sucessivos e de experiências permanentes. As imagens se acumulam e formam, na mente dos povos, representações genéricas: assim os mitos podem ser vistos, de certo modo, como fragmentos de um vasto painel do mundo; fragmentos de uma possível perfeição.

O conhecimento histórico tenta penosamente reter e juntar fragmentos. São pedaços da experiência dos séculos, que se depositam nos étimos e no percurso das palavras, nas inscrições e nos relatos. Proust aludiu à sintaxe *viva* da França do século XVII, que se encontra em Racine: "Formas acabadas e tomadas à vida do passado, que vamos visitar como uma cidade antiga conservada intacta"⁶. O conhecimento histórico tenta avizinhar-se da realidade, ronda-a; afinal é como em todos os assédios, primeiro o cerco e depois a penetração. O historiador penetra no real, remoto ou recente, para entendê-lo e para revelá-lo, para "desentranhar" significados. A grande tentação corresponde ao desejo de fazer destes significados uma configuração *racional*: com muitos ocorre o problema, justo na medida em que neles a intenção basilar não é a de saber e entender o histórico como tal, mas a de conduzi-lo a um esquema racional prévio. A razão, que tem razões e tem astúcias, a razão que com seu sonho engendra monstros (como no desenho de Goya), promove montagens específicas. Ortega indicou em Hegel o despropósito de forçar a entrada do racional no histórico. Pode ser que exagerasse, já que o pensamento hegeliano é bastante

6. PROUST, M., *Sobre a Leitura*, trad. Carlos Vogt, São Paulo, Ed. Pontes, 1989, p. 48 e 49.

complexo e nele a relação entre o racional e o real fundamenta vários enfoques, mas enfim a advertência é válida: por mais que se encontrem traços racionais no processo histórico, a racionalidade em si é uma coisa e a historicidade em si é outra.

* * *

Convém anotar uma coisa sobre a filologia e a “erudição”. Cabe considerá-las dentro da idéia de testemunho: o domínio dos textos, tão cultivado por exemplo no Renascimento⁷ ou no século XIX, tem algo de uma exigência de rigor, de meticulosa verificação do que foi dito. Dessa exigência saiu a erudição, expansão não só quantitativa, mas afinal também técnica e crítica do domínio das fontes do saber, basicamente do histórico. A conexão entre filologia e conhecimento histórico foi compreendida pelos românticos, inclusive Boeckh⁸. O desenvolvimento dos estudos filológicos no mundo ocidental contemporâneo (em especial nas Universidades) teve ligação com o interesse pela cultura clássica, inclusive com a *devoção* que possuíram em relação a esta um Burkhardt ou um Jaeger⁹. Nesta devoção, certamente, pode-se encontrar uma busca de testemunhos. Só que a busca do testemunho, em seu sentido maior, não se reduz à supervalorização historiográfica do documento, mas à utilização deste como um meio para a compreensão dos processos¹⁰.

* * *

Conhecimento da história e conhecimento da política. Sempre se pode reavaliar o fato de os estudos históricos, durante muitos séculos, terem sido basicamente centrados sobre a história política. Foi importante que sobreviessem a história econômica, a demográfica, a cultural: depois delas podemos rever os conceitos e recordar que para os antigos — Aristóteles inclusive — a “ação” política é ação por excelência. Hannah Arendt sabia disto. O político como dimensão objetiva do viver histórico, eis o sentido que a coisa assume.

Apesar de nossa tendência moderna a entender as coisas “clássicas” em sentido predominantemente cultural (o que aliás não é incorreto), o mundo clássico deixou entre seus legados esta conexão entre visão histórica e visão política. Escusado será dizer que “político” vai nesta frase em seu sentido mais profundo. Encontro, no notável livro de Cynthia Farrar sobre o pensamento democrático grego, uma alusão a Tucídides e à sua temática histórico-política: a autora pretende, com base nas

7. RENUCCI, P., *L' aventure de l' Humanisme Européen au moyen age*, Paris, Belles Lettres, 1953; REYNOLDS, L. D.; WILSON, N. G., *Scribes and Schollars, a guide to the transmission of greek and latin literature*, 2ª ed., Clarendon Press, Oxford, reimpressão 1984; GRAFTON, A.; JARDINE, L., *From Humanism to the Humanities*, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1986.

8. “The higher aim of philology is the historical reconstruction of the whole of knowledge as well as of its parts, and the study of the ideas which are stamped into it”, BOECKH, A., *On interpretation and Criticism*, trad. J. P. Pritchard, Norman, Univ. Oklahoma Press, 1968, p. 13.

9. Cf. SEQUEIROS, O. A., “Humanismo y Política. La aportación de Werner Jaeger”, em *Moenia. Las murallas interiores de la Republica* (Revista de Cultura), Buenos Aires, março 1980.

10. Certos “historiadores” se comprazem em discutir sobre se tal acampamento ficava a nove léguas do outro, ou se apenas a oito, ou então em saber se tal comandante chefiava noventa homens ou noventa e dois. A atenção a detalhes pode certamente ser relevante, a depender da relação que guardem com os processo maiores. Valéry chamou a atenção para “fenômenos consideráveis” que escapam ao historiador, e isto por sua lentidão (*Régards*, op. cit., p. 19). Creio que antecipou Braudel, que falava nas diversas durações dos processos — apesar de a alusão de Valéry ser breve e não se desenvolver.

11. A frase menciona um "possible way of living reflexively and politically". FARRAR, C., *The origins of democratic thinking. The invention of politics in classical Athens*, Cambridge Univ. Press, 1989, p. 14. O tema, como se sabe, foi também trabalhado por Hannah Arendt.

sugestões do historiador grego, que seja possível reencontrar o caminho para uma vida "reflexiva e política"¹¹.

Entretanto o legado clássico não significa somente a possibilidade de entender politicamente (em sentido amplo) os processos históricos; ele permite também, por um inversão, entender historicamente os processos políticos. A anotação parece trivial, mas não tanto se se entende que o relativismo histórico é um modo de relativizar os valores políticos. E relativizá-los não é apagá-los: em um mundo dessacralizado e entregue a constantes mutações, nenhum dogmatismo ajudará a salvar os valores da convivência. Os relativismos são o preço das crises, e precisamos deles para continuar lúcidos após cada momento das mutações. Talvez tenhamos de recomeçar sempre, cuidando de recompor traços e de tentar entendê-los. Traços imperfeitos e indispensáveis, que são e talvez continuem sendo, para os homens, algo como um desenho inacabado.

Endereço do autor:
Estrada do Arraial, 2312/01
52051 — Recife — PE